

Demonstrações Contábeis Regulatórias

São Gotardo Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ: 15.867.360/0001-62

31 de Dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

São Gotardo Transmissora de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Demonstrações contábeis regulatórias auditadas	
Balanço patrimonial.....	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	10
Demonstração do fluxo de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	12

Relatório da Administração Regulatório

A Administração da São Gotardo Transmissora de Energia S.A. ("SGT" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o Relatório da Administração Regulatório em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, com o objetivo de divulgar o desempenho da Companhia para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

A Companhia

A SGT é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa") e atua no segmento de transmissão de energia elétrica baseada no seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de existência. A SGT atua na região Sudeste e responde por 0,02% da RAP da Rede Básica de transmissão do Brasil.

Concessionária privada do serviço público de transmissão de energia elétrica, a SGT detém a concessão de transmissão da Rede Básica que compreende 01 (uma) subestação, conforme quadro a seguir:

Subestação em Operação – Características Físicas						
Subestação	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capac. Transform. (MVA)	Início Operação Comercial	Venc. da Outorga
SGT	n/a	345/138	n/a	300	19/03/2014	27/08/2042

Subestação	RAP – R\$ mil - (*)	Mês Base Reajuste	Índice de Correção
SGT	4.703	Junho	IPCA

(*) RAP estabelecida conforme resolução homologatória nº 2.275 de 14 de julho de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possui linhas, subestações ou projetos de ampliação em construção.

Considerando a subestação em operação, a RAP esperada - sem considerar novos projetos é de R\$5.727 para 2021 a 2025 (redução de 3,15% em relação a 2020), conforme quadro a seguir:

RAP Esperada - R\$ mil - em moeda constante de 31/12/2020							
Linha de Transmissão	2019 (*)	2020 (*)	2021	2022	2023	2024	2025
SGT	6.003	5.913	5.727	5.727	5.727	5.727	5.727

(*) RAP realizada

Desempenho Financeiro Regulatório - R\$ mil	2020	2019
Receita operacional líquida	4.769	5.546
EBITDA	3.535	4.364
Margem EBITDA	74,12%	78,69%
<u>Reconciliação do EBITDA</u>		
Lucro do exercício	2.402	3.209
Depreciação	896	896
Resultado financeiro	73	33
Imposto de renda e contribuição social	164	226
EBITDA	3.535	4.364

EBITDA - é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelo MCSE, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados, nem deve ser considerado como um lucro líquido alternativo, tampouco é indicador de desempenho.

Perfil do endividamento - R\$ mil	31/12/2020	31/12/2019
Circulante	2.452	2.454
Não circulante	2.447	4.893
Dívida bruta	4.899	7.347
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(2.347)	(3.959)
(=) Dívida líquida	2.552	3.388
Dívida líquida/EBITDA	0,72	0,78

Dívida líquida - a dívida líquida não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, nem pelo MCSE, não possui um significado-padrão, nem pode ser comparável a medidas semelhantes fornecidas por outras companhias, tampouco é uma medida de fluxo de caixa, liquidez ou capacidade de pagamento da dívida. A dívida líquida representa o somatório de empréstimos e financiamentos do passivo circulante e do passivo não circulante, menos o caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, depósitos vinculados e outros investimentos. A dívida líquida apresentada é utilizada pela Companhia para medir o seu próprio desempenho.

Governança Corporativa

A Taesa realiza atividades de “back-office” para atividades administrativas da SGT e procura implantar na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões do Grupo.

Política de qualidade

A SGT, respaldada pela Alta Administração, manifesta seu compromisso com a qualidade, declarando como diretrizes globais da Companhia o completo atendimento dos requisitos do cliente, o comprometimento com a melhoria contínua e a excelência no sistema de gestão da qualidade, direcionados à execução dos serviços de operação e manutenção de transmissão de energia elétrica.

Declaração da Diretoria

Os membros da Diretoria, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia e com a opinião dos auditores independentes da Companhia expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Relacionamento com o Auditor Independente

A Companhia contratou a Ernst&Young Auditores Independentes S.S. (“EY Brasil”) para prestar serviços de auditoria independente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 pelo valor de R\$63 mil.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa do seu auditor independente visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
São Gotardo Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da São Gotardo Transmissora de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da São Gotardo Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.



Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A São Gotardo Transmissora de Energia S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 29 de março de 2021.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Pia Leocádia de Avellar Peralta
Contadora CRC-1RJ101080/O-0

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
Ativos			
<i>Ativos circulantes</i>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.347	4
Títulos de valores mobiliários	5	-	3.955
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	6	-	1.019
Impostos e contribuições sociais		278	275
Estoque		11	-
Outras contas a receber		326	56
Total dos ativos circulantes		<u>2.962</u>	<u>5.309</u>
<i>Ativos não circulantes</i>			
Imobilizado	7	25.608	26.490
Intangível	7	13	13
Total dos ativos não circulantes		<u>25.621</u>	<u>26.503</u>
Total dos ativos		<u><u>28.583</u></u>	<u><u>31.812</u></u>
Passivos			
<i>Passivos circulantes</i>			
Fornecedores		24	192
Empréstimos e financiamentos	9	2.452	2.454
Impostos e contribuições sociais		46	104
Taxas regulamentares		162	145
Dividendos a pagar	8	35.642	34.392
Outras contas a pagar		97	70
Total dos passivos circulantes		<u>38.423</u>	<u>37.357</u>
<i>Passivos não circulantes</i>			
Empréstimos e financiamentos	9	2.447	4.893
Outras contas a pagar		-	1
Total dos passivos não circulantes		<u>2.447</u>	<u>4.894</u>
<i>Patrimônio líquido</i>			
Capital social		10.457	10.457
Reserva de lucros		10.457	10.457
Dividendos adicionais propostos		2.152	3.532
(Prejuízos) acumulados		(35.353)	(34.885)
Total do patrimônio líquido	10	<u>(12.287)</u>	<u>(10.439)</u>
Total dos passivos e do patrimônio líquido		<u><u>28.583</u></u>	<u><u>31.812</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2020	2019
Disponibilização do sistema de transmissão		5.913	6.003
Parcela variável		(726)	(4)
Receita bruta		5.187	5.999
PIS e COFINS correntes		(188)	(219)
Quota para RGR, P&D, TFSEE		(230)	(234)
Tributos e encargos		(418)	(453)
Receita Líquida	14	4.769	5.546
Material		(23)	-
Serviços de terceiros		(680)	(636)
Depreciação e amortização	7	(896)	(896)
Outros custos operacionais		(36)	(66)
Custos operacionais		(1.635)	(1.598)
Lucro bruto		3.134	(1.598)
Serviços de terceiros		(477)	(458)
Outras despesas operacionais, líquidas		(18)	(22)
Despesas operacionais		(495)	(480)
Resultado da atividade		2.639	3.468
Receitas financeiras		88	191
Despesas financeiras		(161)	(224)
Despesas financeiras líquidas	15	(73)	(33)
Resultado antes dos impostos e contribuições		2.566	3.435
Imposto de renda e contribuição social correntes	11	(164)	(226)
Lucro líquido do exercício		2.402	3.209

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

São Gotardo Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 15.867.360/0001-62

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	<u>2.402</u>	<u>3.209</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>2.402</u></u>	<u><u>3.209</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo
Em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Dividendos Adicionais	(Prejuízos)	Total
			Legal	Especial	Propostos	Acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	10	10.457	797	9.660	27.585	(33.385)	15.114
Aprovação de dividendos adicionais propostos		-	-	-	(27.585)	-	(27.585)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	3.209	3.209
Destinações societárias do exercício:							
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	(1.177)	(1.177)
Dividendo adicionais propostos		-	-	-	3.532	(3.532)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	10	10.457	797	9.660	3.532	(34.885)	(10.439)
Aprovação de dividendos adicionais propostos		-	-	-	(3.532)	-	(3.532)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	2.402	2.402
Destinações societárias do exercício:							
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	(718)	(718)
Dividendo adicionais propostos		-	-	-	2.152	(2.152)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	10	10.457	797	9.660	2.152	(35.353)	(12.287)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo
em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota expli- cativa	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		2.402	3.209
Ajustes para:			
Depreciação e amortização		896	896
Receita de aplicação financeira	15	(88)	(187)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamento	9	154	215
Imposto de renda e contribuição social correntes	11	164	226
(Reversão) para Parcela Variável		264	-
Variações nos ativos e passivos:			
Redução (aumento) no contas a receber de concessionárias e permissionárias		755	(579)
(Aumento) no saldo de imposto e contribuição sociais ativo, líquido do passivo		(51)	(11)
Redução (aumento) no saldo de outras contas a receber		(280)	13
(Redução) no saldo de fornecedores		(168)	(14)
Aumento no saldo de taxas regulamentares		17	23
Aumento (redução) no saldo de outras contas a pagar		23	43
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>4.088</u>	<u>3.834</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(173)</u>	<u>(173)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>3.915</u>	<u>3.661</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Redução (aumento) nos títulos e valores mobiliários		4.043	(995)
(Adições) no imobilizado e intangível	7	(14)	(1)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos		<u>4.027</u>	<u>(996)</u>
Fluxo de Caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal		(2.448)	(2.446)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	9	(153)	(217)
Dividendo pagos		(3.000)	-
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos		<u>(5.601)</u>	<u>(2.663)</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		<u>2.343</u>	<u>2</u>
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	4	4	2
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	4	<u>2.347</u>	<u>4</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		<u>2.343</u>	<u>2</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A São Gotardo Transmissora de Energia S.A. (“SGT” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos às instalações de transmissão de energia elétrica denominada São Gotardo - MG, conforme estabelecido no Edital de Leilão nº 005/2012, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia foi constituída em 12 de junho de 2012 e assinou em 27 de agosto de 2012, com a ANEEL, o Contrato de Concessão nº 024/2012 para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão pelo prazo de 30 anos. A Companhia iniciou suas operações em 19 de março de 2014, data esta informada a ANEEL.

A SGT é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa”), e de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$35.461, decorrente, principalmente, da conta “Dividendos a pagar”. Para equalização do capital circulante negativo, a Taesa, como controladora da Companhia, está elaborando um plano de ação que envolve atividades como captação de empréstimos ou aumento de capital, que será realizado até o término do exercício de 2021.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL através da resolução normativa nº 605, de 11 de março de 2014. As demonstrações contábeis regulatórias aprovadas pela Administração em 30 de abril de 2021.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias, uma vez que o MCSE especifica um tratamento ou divulgação alternativos para certos aspectos. As diferenças para as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias estão descritas na nota explicativa nº 19.

2.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo e dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

a) Avaliação de instrumentos financeiros - São utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

b) Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua, baseadas em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis descritas a seguir vêm sendo aplicadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

3.1. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("*impairment*") acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

3.2. Intangível

Reconhecimento e mensuração - Registrado ao custo de aquisição ou construção. Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do intangível), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.3. Reconhecimento de receita

A receita de disponibilização do sistema de transmissão é reconhecida mensalmente na fase operacional, com base no valor da receita anual permitida - RAP. A Companhia realiza atividades de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, que estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Desta forma, a Companhia não tem influência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso, definição está, de inteira responsabilidade do ONS.

3.4. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, que é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos.

3.5. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros ("impairment") - O modelo de perdas esperadas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como VJR quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.6. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base no regime do lucro presumido considerando as seguintes premissas: (i) Imposto de renda - base de cálculo de 8% da receita, alíquota do imposto de renda de 15% e adicional de 10% sobre a base tributável excedente de R\$240; e (ii) Contribuição social - base de cálculo de 12% da receita e alíquota da contribuição social de 9%.

A base de cálculo é a receita bruta auferida trimestralmente acrescida de ganhos de capital, dos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras (renda fixa e variável) e das variações monetárias ativas e demais resultados positivos obtidos pela Companhia.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.7. Normas e interpretações novas e revisadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante - Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- (i) O que significa um direito de postergar a liquidação;
- (ii) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iii) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;

(iv) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

4. EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2020	31/12/2019
Bancos	9	4
Aplicações financeiras	2.338	-
	<u>2.347</u>	<u>4</u>

Taxa de rentabilidade anual acumulada	31/12/2020
CDB e Operações Compromissadas	<u>102,01% do CDI</u>

Equivalentes de caixa são depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2020	31/12/2019
Investimento em cotas de fundos – “Pampulha” – Ativo circulante	-	3.955
Taxa de rentabilidade anual acumulada	<u>-</u>	<u>103,08% do CDI</u>

Fundo de investimento FIC de FI Pampulha - Fundo não exclusivo, administrado e gerido pela BNP PARIBAS Asset Management, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

6. CONTAS A RECEBER DE CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Composição do Contas a Receber	Valores Correntes					31/12/2020	31/12/2019
	Corrente a Vencer	Corrente Vencida					
	Até 60 dias	Até 90 dias	de 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	1.019

	31/12/2020	31/12/2019
Concessionários e permissionários - Circulante	<u>-</u>	<u>1.019</u>

A SGT não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois no caso de não pagamento, a própria, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Principais características dos contratos de concessão

RAP - A prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA.

Faturamento da receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente.

Parcela variável - A receita de operação, manutenção e implementação da infraestrutura estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Extinção da concessão e reversão de bens vinculados - O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, sendo procedidos os levantamentos e as avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão – RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento da transmissora.

Aspectos ambientais - A transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias perante o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido, do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações.

Estrutura de formação da RAP - A Companhia é remunerada pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e da Rede Básica de Fronteira, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas Demais Instalações de Transmissão - DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL.

Resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL:

Ciclo 2020-2021			Ciclo 2019-2020			Ciclo 2018-2019		
Resolução nº 2.275, de 14/07/2020			Resolução 2.565 de 25/06/2019			Resolução 2.408 de 28/06/2018		
Período: de 01/07/2020 a 30/06/2021			Período: de 01/07/2019 a 30/06/2020			Período: de 01/07/2018 a 30/06/2019		
RAP	Parcela de Ajuste	Total	RAP	Parcela de Ajuste	Total	RAP	Parcela de Ajuste	Total
5.518	(815)	4.703	5.416	(4)	5.412	5.175	(136)	5.039

Revisão Tarifária – Em junho de 2018, em decorrência da realização da revisão tarifária descrita na cláusula sétima do contrato de concessão assinado junto à ANEEL, que ocorre a cada 5 (cinco) anos, a Companhia teve a sua Receita Anual Permitida - RAP reduzida a partir do ciclo 2018-2019, através da Resolução Homologatória 2.405/2018 – ANEEL. Esta redução na RAP para o próximo ciclo até o final do contrato de concessão impacta diretamente o fluxo de recebimento esperado do ativo de contrato de concessão (contas a receber) da Companhia, sendo essa redução no ativo de contrato de concessão registrada diretamente no resultado do período na rubrica “Receita operacional líquida” no montante aproximado de R\$2.177.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Imobilizado	Taxa média de depreciação	Valor Bruto em 2019	Adição	Valor Bruto em 2020	Depreciação Acumulada 2020	Valor Líquido 2020	Valor Líquido 2019
Ativo Imobilizado em Serviço – Transmissão							
<u>Transmissão</u>							
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,20%	1.030	-	1.030	(229)	801	834
Máquinas e Equipamentos	3,05%	28.276	-	28.276	(5.746)	22.530	23.393
		29.306	-	29.306	(5.975)	23.331	24.227
Ativo Imobilizado em Curso - Rede Básica							
<u>Transmissão</u>							
Material em Depósito		1.155	14	1.169	-	1.169	1.155
		1.155	14	1.169	-	1.169	1.155
Ativo Imobilizado em Curso - DIT							
<u>Transmissão</u>							
Edificações, obras civis e benfeitorias		123	-	123	-	123	123
Máquinas e equipamentos		985	-	985	-	985	985
		1.108	-	1.108	-	1.108	1.108
Total do Ativo Imobilizado		31.569	14	31.583	(5.975)	25.608	26.490

Intangível	Valor Bruto em 2019	Adições	Valor Bruto em 2020	Valor Líquido 2020	Valor Líquido 2019
Ativo Intangível em Curso Rd Básica					
<u>Transmissão</u>					
Servidões	1	-	1	1	1
Ativo Intangível em Curso Adm					
Software	12	-	12	12	12
Total do Ativo Intangível	13	-	13	13	13

São Gotardo Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 15.867.360/0001-62

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Taxas anuais médias de depreciação e amortização	2020			2019
		Valor Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço - Transmissão					
Custo histórico	3,06%	29.306	(5.975)	23.331	24.227
Em curso - Transmissão					
Custo histórico	-	2.290	-	2.290	2.276
Total do imobilizado		31.596	(5.975)	25.621	26.503

Composição das adições do imobilizado e intangível por tipo de gasto capitalizado	Material / Equipamentos
<i>Em Curso</i>	
Material em Depósito	14
Total do imobilizado em curso	14

São Gotardo Transmissora de Energia
Elétrica S.A.
CNPJ nº 15.867.360/0001-62

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. PARTES RELACIONADAS

I – Outras Contas a receber – OCR e Outras contas a pagar – OCP.

c) Ativos e receitas

Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas						
R E F	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência/duração	Taxa de juros/Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
<u>Transações com empresas ligadas</u>						
1	OCR - Contrato de CCT - CEMIG D	R\$57 Valor mensal	18/03/2014 até o término da concessão.	Juros efetivos de mora de 1% a.m. e multa de 2% / Atualização anual pelo IPCA, quando da atualização da RAP.	Por qualquer das partes por decretação de falência, dissolução judicial ou qualquer alteração do estatuto social das partes que prejudique a capacidade de executar as obrigações desse contrato, caso fortuito ou força maior.	Não houve.

R E F	Contratos e outras transações	Ativo		Receita	
		31/12/2020	31/12/2019	2020	2019
1	Contrato de CCT - CEMIG D	83	81	986	968

b) Passivos e despesas

Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas						
R E F	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros /Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
<u>Transações com a Controladora</u>						
1	OCP - Serviços de "back-office" - Taesa	R\$27 Valor mensal	27/09/2019 a 27/09/2024	Multa de 2% a. m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA.	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.	Contrato anuído através do despacho ANEEL nº 2.637/2019.
<u>Transações com empresas ligadas</u>						
2	OCP - Contrato de CCI - Cemig Geração e Transmissão ("CEMIG GT")	R\$3 Valor mensal	A partir de 17/02/2014 até o término da concessão.	Juros efetivos de mora de 12% a.a. e multa de 2%/ Atualização anual pelo IPCA.	Poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, ou por determinação legal.	Não houve.

São Gotardo Transmissora de Energia
Elétrica S.A.
CNPJ nº 15.867.360/0001-62

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas						
R E F	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
3	OCP - O&M - CEMIG GT	R\$49 Valor mensal	10/07/2019 a 10/07/2024	Juros efetivos de mora de 1% a.m e multa de 2%/ Atualização anual pelo IPCA.	Poderá ser rescindido antecipadamente e unilateralmente, a seu exclusivo critério, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou condição, por um prazo acertado entre as partes, cassação da concessão referente às instalações da transmissão; e por decisão da contratante após transcorridos 18 meses da celebração do CPSOM.	Não houve.
4	OCR x disponibilidades - Reembolso de despesas – ATE III (*)	N/A	N/A	N/A	Não houve.	Não houve.

R E F	Contratos e outras transações	Passivo		Custos e Despesas	
		31/12/2020	31/12/2019	2020	2019
1	Serviços de "back-office" – Taesa	28	27	334	307
2	CCI - CEMIG GT	4	-	48	47
3	O&M -CEMIG GT	45	43	601	443
4	Reembolso de despesas - ATEIII	5	-	-	-
		82	70	983	797

II – Dividendos a pagar

Dividendos a pagar	31/12/2019	Adição	Pagamento	31/12/2020
Taesa	34.392	4.250	(3.000)	35.642

III – Remuneração dos administradores

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os administradores da Companhia abdicaram qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Abertura do endividamento

Características do empréstimo						
Financiador	Data de assinatura	Tipo	Valor contratado e liberado	Vencimento final	Encargos financeiros anuais	Parcelas a vencer
BNDES-FINAME	04/12/2012	CCB-subcrédito A	19.571	15/12/2022	Taxa fixa de 2,5% a.a.	24

Instituição / Linha Credora	Juros CP	Principal CP	Principal + juros LP	Saldo total	Data próx. pgto juros	Frequência pgto juros	Data próx. Amortiz.	Frequência amortiz.	Sistemática amortiz.
Moeda Nacional BNDES - FINAME	5	2.447	2.447	4.899	15/01/2021	Mensal	15/01/2021	Mensal	SAC

São Gotardo Transmissora de Energia
Elétrica S.A.
CNPJ nº 15.867.360/0001-62

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2019	Juros incorridos	Juros pagos	Amortização de principal	31/12/2020
BNDES - FINAME	7.347	153	(153)	(2.448)	4.899
Circulante	2.454				2.452
Não circulante	4.893				2.447

Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo	2021	2022	Total
Moeda Nacional			
BNDES – FINAME	2.452	2.447	4.899
Total das dívidas			4.899

O contrato de empréstimo e financiamento possui apenas cláusulas restritivas “covenants” não financeiras de vencimento antecipado durante a vigência do mesmo.

Em 31 de dezembro de 2020, todas as cláusulas restritivas foram cumpridas.

A Taesa é avalista da Companhia no empréstimo com o BNDES.

Abertura dos ativos financeiros

Equivalentes de caixa	31/12/2020	31/12/2019
Equivalentes de caixa - Bancos	2.347	4
Títulos de valores mobiliários	-	3.955
	2.347	3.959

Composição do endividamento e dívida líquida

Resumo	Juros CP	Principal CP	Principal + Juros LP	31/12/2020	31/12/2019
<u>Dívida Bruta</u>					
Empréstimos e financiamentos (Moeda Nacional)	-	2.452	2.447	4.899	7.347
<u>Ativos Financeiros</u>					
Equivalente de caixa	-	(2.347)	-	(2.347)	(4)
Títulos de valores mobiliários	-	-	-	-	(3.955)
Dívida Líquida				2.552	3.388

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital subscrito e integralizado era de R\$10.457, representados por 10.457.000 (dez milhões quatrocentas e cinquenta e sete mil) ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Reserva de lucros: (a) Reserva legal - constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, e (b) Reserva especial - constituída com base no artigo 202, inciso III, parágrafo 5º da nº Lei 6.404/76.

Remuneração dos acionistas - O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anuais mínimos obrigatórios de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

São Gotardo Transmissora de Energia
Elétrica S.A.
CNPJ nº 15.867.360/0001-62

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Destinação do lucro do exercício - Societário

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício - Societário	2.870	4.709
Reserva legal (5%)		-
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	(718)	(1.177)
Dividendos adicionais propostos	(2.152)	(3.532)

A destinação do lucro do exercício é feita com base no resultado societário da Companhia.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Correntes - calculados sobre a receita bruta com base no regime do lucro presumido.

Reconciliação da taxa efetiva	2020		2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta – Societária	4.506	4.506	6.653	6.653
(+/-) Parcela antecipada - superávit/déficit	-	-304	2	2
	(264)	-264		
Diferença entre regime de caixa e competência	901	1.205	(655)	(655)
	5.143	5.143	6.000	6.000
Percentual	8%	12%	8%	12%
	411	617	480	720
Demais receitas:				
Renda de aplicação financeira	88	88	187	187
Outras receitas financeiras	-	-	4	4
	88	88	191	191
Base de cálculo	499	705	671	911
Imposto de renda - 15%	(75)	-	(101)	-
Adicional de imposto de renda - 10%	(26)	-	(43)	-
Contribuição social - 9%	-	(63)	-	(82)
Total de despesa	(101)	(63)	(144)	(82)
Total de IRPJ e CSLL		(164)		(226)

12. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Possui cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens tangíveis atrelados à concessão, e mantém apenas seguros em relação aos danos em seus equipamentos acima de R\$500.

Seguro	Seguradora	Vigência	Límite máximo de Indenização	Danos Materiais - Valor em risco	Prêmio
Responsabilidade Civil Geral	AXA Seguros	20/09/20 a 19/09/21	10.000	-	-
Risco Operacional	Mapfre Seguros	02/12/19 a 01/06/21	-	22.777	54
Directors & Officers	Zurich Seguros	18/09/20 a 18/09/21	40.000	-	-

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

13.1 Estrutura de gerenciamento de riscos

São Gotardo Transmissora de Energia
Elétrica S.A.
CNPJ nº 15.867.360/0001-62

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem os riscos de capital, de mercado (risco de taxa de juros e outros riscos operacionais, quando aplicável), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

13.2 Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais e maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações.

13.3 Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2020	31/12/2019
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado:		
- Aplicações financeiras de curto prazo e títulos e valores mobiliários	2.338	3.955
Custo amortizado:		
- Bancos	9	4
- Contas a receber de concessionários e permissionários	-	1.019
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	306	-
	2.653	4.978
Passivos financeiros		
Outros passivos financeiros ao custo amortizado:		
- Fornecedores	24	192
- Empréstimos e financiamentos	4.899	7.347
- Rateio de antecipação e parcela de ajuste	-	2
	4.923	7.541

13.4 Risco de mercado

13.4.1 Gestão do risco de taxa de juros

A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros.

São Gotardo Transmissora de Energia
Elétrica S.A.
CNPJ nº 15.867.360/0001-62

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13.4.2 Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos relevantes, em aberto no fim do exercício deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

	31/12/2020	Cenário provável em 31/12/2021
CDI (i)	2,75%	5,25%

(i) Divulgado pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), 16 de abril de 2021 – Fonte Externa Independente.

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	Saldo em 31/12/2020	Efeito Provável no LAIR - 2021 - (redução)
Títulos e valores mobiliários - CDI	2.338	58
Ativos financeiros		58

13.5 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito do saldo mantido em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo de contrato de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e a Companhia, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários, pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia - CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (i) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores; (ii) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (iii) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

13.6 Gestão do risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

São Gotardo Transmissora de Energia
Elétrica S.A.
CNPJ nº 15.867.360/0001-62

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela a seguir (i) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual remanescente dos passivos financeiros não derivativos, (ii) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações e (iii) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Empréstimos e financiamentos	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Prefixada (BNDES-Finame)	214	426	1.900	2.481	5.021

13.7 Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia está exposta, são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia poderia sofrer um impacto adverso.

Dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações, estão sujeitas a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

São Gotardo Transmissora de Energia
Elétrica S.A.
CNPJ nº 15.867.360/0001-62

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigadas a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco técnico - Eventos de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia. Caso tais riscos se materializem, o desempenho financeiro e operacional da Companhia poderá sofrer um impacto adverso.

Risco de contencioso - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

A Administração da Companhia é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

13.8 Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

São Gotardo Transmissora de Energia
Elétrica S.A.
CNPJ nº 15.867.360/0001-62

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13.8.1 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019	Hierarquia do valor justo
Aplicações financeiras de curto prazo e Títulos e valores mobiliários	4 e 5	2.338	3.955	Nível 2

14. RECEITA LÍQUIDA

Composição da receita líquida	2020	2019
Disponibilização do sistema de transmissão	5.913	6.003
Parcela variável	(726)	(4)
Receita bruta	5.187	5.999
PIS e COFINS correntes	(188)	(219)
Encargos Setoriais ANEEL - Quota para RGR, P&D, TFSEE	(230)	(234)
Tributos e encargos	(418)	(453)
Receita líquida	4.769	5.546

15. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2020	2019
Rendimentos de aplicação financeira	88	187
Outras receitas financeiras	-	4
Receitas financeiras	88	191
Empréstimos e financiamentos - Juros incorridos	(154)	(215)
Outras despesas financeiras	(7)	(9)
Despesas financeiras	(161)	(224)
	(73)	(33)

16. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Contrato de Back-Office e operação e manutenção dos ativos – Conforme nota explicativa nº 8 - Partes relacionadas, a Companhia contratou a Taesa para realização das atividades de back-office e a CEMIG GT para realização das atividades de operação e manutenção de suas instalações.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

Aspectos ambientais - No projeto de construção da subestação de São Gotardo não foi necessária a emissão de licença ambiental específica, pois a área onde o ativo foi construído já estava licenciada e, portanto, não foi constituída provisão para gastos de compensação ambiental.

COVID-19 - O início de 2020 foi marcado pela pandemia da COVID-19, que afetou todo mundo e também a Companhia. Desde então, a Companhia, em conjunto com a Taesa, vem adotando medidas para a proteção, segurança e saúde de seus colaboradores, suas famílias e as comunidades locais, a fim de proteger seu maior ativo – as pessoas – e reduzir a velocidade de disseminação do novo coronavírus no país. Assim, destacamos as principais medidas implementadas até o momento:

- o Comunicação frequente e atualizada para os colaboradores sobre o novo coronavírus;

São Gotardo Transmissora de Energia
Elétrica S.A.
CNPJ nº 15.867.360/0001-62

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- o Retorno gradual dos empregados ao trabalho presencial, cumprindo todos os protocolos e orientações dos órgãos de saúde, com acompanhamento de assessoria médica especializada;
- o Suspensão de viagens e reuniões presenciais;
- o Monitoramento dos empregados com apoio no tratamento de casos suspeitos ou positivos identificados da COVID-19;
- o Disponibilização de diversos canais de atendimento para cuidar da saúde física e mental dos colaboradores e de seus familiares;
- o Vacinação contra a gripe influenza para o grupo de risco;

Manutenção das atividades de operação e manutenção de forma a garantir a segurança das pessoas e do sistema elétrico;

18. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aprovação da Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2020 – A AGO de 30 de abril de 2021 ratificou a destinação do Lucro Líquido de 2020 descrito na nota explicativa nº 10 – Patrimônio Líquido.

Alteração da Diretoria – Em 23 de março de 2021 a AGE da Companhia elegeu o Sr. André Augusto Telles Moreira como Diretor Presidente, Sr. Erik da Costa Breyer como Diretor Financeiro, Sr. Marco Antônio Resende Faria como Diretor Técnico e Diretor Jurídico e Regulatório, Sr. Fábio Antunes Fernandes Diretor de Negócios e Sr. Luis Alessandro Alves como Diretor de Implantação.

19. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, dado o não pronunciamento da ANEEL em relação a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 48 (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 9) e Pronunciamento Técnico CPC 47 (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 15), com vigência a partir de janeiro de 2018, eventuais impactos da adoção dos referidos pronunciamentos não estão sendo considerados na elaboração destas demonstrações contábeis regulatórias. Adicionalmente, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras societárias e as práticas adotadas nas demonstrações contábeis regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas duas demonstrações em questão. A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2020			31/12/2019		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativos							
<i>Ativos circulantes</i>							
Caixa e equivalentes de caixa		2.347	-	2.347	4	-	4
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	3.955	-	3.955
Contas a receber de concess. e permissionárias		-	-	-	1.019	-	1.019
Ativo de contrato de concessão	(i)	-	4.746	4.746	-	4.604	4.604
Impostos e contribuições sociais		278	-	278	275	-	275
Estoque		11	-	11	-	-	-
Outras contas a receber		326	-	326	56	-	56
Total dos ativos circulantes		2.962	4.746	7.708	5.309	4.604	9.913
<i>Ativos não circulantes</i>							
Ativo de contrato de concessão	(i)	-	60.578	60.578	-	61.401	61.401
Imobilizado	(iv)	25.608	(25.608)	-	26.490	(26.490)	-
Intangível	(iv)	13	(3)	10	13	(1)	12
Total dos ativos não circulantes		25.621	34.967	60.588	26.503	34.910	61.413
Total dos ativos		28.583	39.713	68.296	31.812	39.514	71.326

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balança Patrimonial	Nota explicativa	31/12/2020			31/12/2019		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivos							
<i>Passivos circulantes</i>							
Fornecedores		24	-	24	192	-	192
Empréstimos e financiamentos		2.452	-	2.452	2.454	-	2.454
Impostos e contribuições sociais		46	-	46	104	-	104
Taxas regulamentares		162	-	162	145	-	145
Dividendos a pagar		35.642	-	35.642	34.392	-	34.392
Outras contas a pagar		97	-	97	70	-	70
Total dos passivos circulantes		38.423	-	38.423	37.357	-	37.357
<i>Passivos não circulantes</i>							
Empréstimos e financiamentos		2.447	-	2.447	4.893	-	4.893
Impostos e contribuições diferidos	(ii)	-	2.012	2.012	-	2.244	2.244
Tributos diferidos	(iii)	-	2.348	2.348	-	2.385	2.385
Outras contas a pagar		-	-	-	1	-	1
Total dos passivos não circulantes		2.447	4.360	6.807	4.894	4.629	9.523
<i>Patrimônio líquido</i>							
Capital social		10.457	-	10.457	10.457	-	10.457
Reserva de lucros		10.457	-	10.457	10.457	-	10.457
Dividendos adicionais propostos		2.152	-	2.152	3.532	-	3.532
(Prejuízos) acumulados	(v)	(35.353)	35.353	-	(34.885)	34.885	-
Total do patrimônio líquido		(12.287)	35.353	23.066	(10.439)	34.885	24.446
Total dos passivos e do patrimônio líquido		28.583	39.713	68.296	31.812	39.514	71.326

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do Resultado do Exercício	Nota explicati va	2020			2019		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
		Disponibilização do sistema de transmissão	5.913	(5.913)	-	6.003	(6.003)
Remuneração do ativo de contrato de concessão	-	2.604	2.604	-	3.218	3.218	
Correção do ativo de contrato de concessão	-	1.465	1.465	-	2.037	2.037	
Operação e manutenção	-	930	930	-	901	901	
Parcela variável	(726)	-	(726)	(4)	-	(4)	
Outras receitas	-	233	233	-	501	501	
Receita bruta	(vi)	5.187	(681)	4.506	5.999	654	6.653
PIS e COFINS correntes		(188)	-	188	(219)	-	(219)
PIS e COFINS diferidos		-	37	37	-	(22)	(22)
Quota para RGR, P&D, TFSEE		(230)	-	(230)	(234)	-	(234)
Tributos e encargos	(vii)	(418)	37	(381)	(453)	(22)	(475)
Receita líquida		4.769	(644)	4.125	5.546	632	6.178
Material		(23)	(15)	(38)	-	9	9
Serviços de terceiros		(680)	-	(680)	(636)	-	(636)
Depreciação e amortização		(896)	896	-	(896)	896	-
Outros custos operacionais		(36)	-	(36)	(66)	-	(66)
Custos operacionais		(1.635)	881	(754)	(1.598)	905	(693)
Lucro bruto	(viii)	3.134	237	3.371	3.948	1.537	5.485
Serviços de terceiros		(477)	-	(477)	(458)	-	(458)
Outras despesas operacionais, líquidas		(18)	-	(18)	(22)	-	(22)
Despesas operacionais		(495)	-	(495)	(480)	-	(480)
Resultado da atividade		2.639	237	2.876	3.468	1.537	5.005
Receitas financeiras		88	-	88	191	-	191
Despesas financeiras		(161)	-	(161)	(224)	-	(224)
Despesas financeiras líquidas		(73)	-	(73)	(33)	-	(33)
Resultado antes dos impostos e contribuições		2.566	237	2.803	3.435	1.537	4.972
Imposto de renda e contribuição social	(ix)	(164)	231	67	(226)	(37)	(263)
Lucro líquido do exercício	(x)	2.402	468	2.870	3.209	1.500	4.709

São Gotardo Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 15.867.360/0001-62

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

(i) Ativo de contrato de concessão

A Companhia aplicou o CPC 47 e os impactos advindos desta aplicação, referem-se basicamente a reclassificação dos saldos anteriormente registrados como ativos financeiros, para ativos de contrato de concessão.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; (iii) quando houver substância comercial; e (iv) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de implementação da infraestrutura - Serviços de implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem.

A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

b) Remuneração do ativo de contrato de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores.

c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão – Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação definido para cada contrato de concessão.

d) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes.

São Gotardo Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 15.867.360/0001-62

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Impostos e contribuições sociais diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL diferidos.

(iii) Tributos diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, PIS e COFINS diferidos.

(iv) Imobilizado e Intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato de concessão (CPC 47), vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível. As premissas específicas para o ativo imobilizado/intangível regulatório são:

- (i) Garantir que o ativo imobilizado/intangível não seja afetado pelo CPC 47;
- (ii) Que os ativos estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL.

(v) Patrimônio Líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente dos efeitos das aplicações do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio líquido societário	23.066	24.446
Ativo de contrato de concessão (CPC 47)	(65.324)	(66.005)
Imobilizado, intangível e investimentos (CPC 47)	25.611	26.491
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (CPC 47)	2.012	2.244
Tributos diferidos - PIS e COFINS (CPC 47)	2.348	2.385
Patrimônio líquido regulatório	(12.287)	(10.439)

(vi) Receita bruta

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção, receita de construção e indenização, remuneração do ativo de contrato de concessão, correção monetária do ativo de contrato de concessão, decorrentes das aplicações do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão, na fase de operação e os efeitos do CPC 47 são desconsiderados.

São Gotardo Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 15.867.360/0001-62

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(vii) Tributos e encargos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, PIS e COFINS diferidos.

(viii) Custos operacionais

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo o custo de construção e os gastos de melhoria registrados no resultado no grupo de "Custos operacionais" na rubrica "Material", quando aplicável. Para fins regulatórios, esses gastos de melhoria, que não possuem RAP adicional são capitalizados e registrados como ativo imobilizado conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, quando aplicável.

As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado e/ou intangível, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

(ix) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, IR e CSLL diferidos.

(x) Lucro Líquido do exercício

Conciliação do lucro líquido societário e regulatório	2020	2019
Lucro líquido societário	2.870	4.709
Receita bruta (CPC 47)	681	(654)
Tributos e encargos - PIS e COFINS (CPC 47)	(37)	22
Depreciação e amortização (CPC 47)	(896)	(896)
Custos operacionais - Materiais (CPC 47)	15	(9)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (CPC 47)	(231)	37
Lucro líquido regulatório	2.402	3.209

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios decorre dos efeitos das aplicações do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

* * * * *

São Gotardo Transmissora de Energia Elétrica S.A.
CNPJ nº 15.867.360/0001-62

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes
ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Diretoria	
Nome	Cargo
André Augusto Telles Moreira	Diretor Presidente
Erik da Costa Breyer	Diretor Financeiro
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Técnico
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Jurídico e Regulatório
Fábio Antunes Fernandes	Diretor de Negócios
Luis Alessandro Alves	Diretor de Implantação

Wagner Rocha Dias
Contador CRC RJ-112158/O-3
CPF nº 778.993.777-49